

Guardiães do Interesse Público

Tenho repetido em meus pronunciamentos que, ao investir cada real de recursos públicos, os membros do governo federal devem ter sempre em mente a criação de postos de trabalho e de melhores condições de vida para todos os brasileiros. Essa afirmação contém duas idéias básicas: primeiro, a obrigação e o compromisso do governo de trabalhar visando ao bem-estar da população. Segundo, a obsessão pelo zelo necessário para tratar com dinheiro público.

Foi-se o tempo em que o 'público' no Brasil era visto como aquilo que não tinha dono. Cresce a cada dia a consciência entre cidadãos e governantes de que o público pertence a todos e que cada um de nós é responsável por ele. Isso é válido para o jardim e o banco da praça e é válido também para os investimentos do governo. Cresce no País a convicção de que o recurso público é sagrado, como sagrados são os princípios que vão nos levar à justiça social, à dignidade, aos direitos básicos como trabalho, alimentação, saúde, educação e moradia.

É por isso que são bem vindas as ações dos instrumentos de controle do uso dos recursos públicos. Internamente, criamos a Controladoria-Geral da União, que tem como função principal justamente o zelo pela gestão da coisa pública. Externamente, valemo-nos do papel destacado desempenhado pelo Tribunal de Contas da União, que deve ser visto como um importante aliado de qualquer gestor público que coloque o interesse público acima de qualquer outro interesse em seu trabalho cotidiano.

À medida que a democracia se fortalece e que a cidadania se aperfeiçoa, o Brasil avança rumo a um tempo em que todos nós saberemos com naturalidade a diferença entre o interesse público e o privado, entre o que pertence a todos e o que é particular. Nessa caminhada, o Tribunal de Contas tem desempenhado papel fundamental, ao se tornar, cada vez mais, referência para quem precisa e deseja desempenhar corretamente suas funções. Isto é válido tanto para um servidor público de carreira quanto para um cidadão convocado para dar sua contribuição em cargo de confiança. O mesmo Tribunal de Contas capaz de punir, de reprimir, de apontar com firmeza os eventuais casos de má-fé, de malversação, de negligência, de omissão, está preparado para orientar, para ensinar, para conscientizar, para ajudar a evitar o erro.

O moderno Tribunal de Contas não é para ser temido, é para ser respeitado; não é para ser evitado, é para ser convocado no esclarecimento de dúvidas; não é para ser desconhecido, é para ser incluído no universo de trabalho por intermédio da consciência de que a parceria é possível e que o resultado dela será, em última instância, sempre benéfico para a sociedade.

Luiz Inácio Lula da Silva

“À medida que a democracia se fortalece e que a cidadania se aperfeiçoa, o Brasil avança rumo a um tempo em que todos nós saberemos com naturalidade a diferença entre o interesse público e o privado, entre o que pertence a todos e o que é particular. Nessa caminhada, o Tribunal de Contas tem desempenhado papel fundamental, ao se tornar, cada vez mais, referência para quem precisa e deseja desempenhar corretamente suas funções.”

Luiz Inácio Lula da Silva é Presidente da República Federativa do Brasil

“O Brasil clama por mudanças e é para elas que o TCU aponta ao cumprir sua missão a um só tempo moralizadora e inovadora, corretiva e preventiva, rigorosa e flexível no sentido de ajudar a encontrar o melhor caminho para levar a um Estado e a um País mais modernos, mais justos e mais dignos. Quem erra por má-fé, deve ser punido; quem erra por ignorância, em boa intenção, deve ser orientado. E, de preferência, que a orientação seja dada preventivamente, ou seja, antes de o erro se consumir. Se evitado o erro, há ganhos, em vez de prejuízos.”

Como presidente da República, minha orientação é clara para todos os membros do Poder Executivo Federal: vamos fazer nossa parte para que esse País empurre rapidamente para o passado a pecha de corrupção e malversação e chegue depressa ao tempo em que a população poderá confiar e acreditar no serviço público de que dispõe.

E como cada um de nós deve exercer esse papel? Vou aqui fazer minha a reflexão de um respeitável e exemplar homem público brasileiro. O ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-deputado federal constituinte, Célio de Castro, sempre ensinou a seus auxiliares diretos o que para ele é um dos maiores desafios na gestão pública. O desafio, diz ele, não é gerir a coisa pública de uma forma asséptica, como quem pensa que cumprir a lei resume-se à rotina de observar artigo por artigo, como seguir um “check list” que garanta a legalidade meramente formal de um processo. É preciso mais do que isso.

O desafio, ensina Célio, é interferir de forma ousada, inovadora, corajosa, para que a lei seja integralmente cumprida, em seus aspectos formais e éticos, de forma a garantir eficiência e competência ao trabalho, de forma a garantir o melhor resultado na aplicação de cada centavo do dinheiro que pertence a todos os cidadãos. O desafio de quem não quer sujar a mão, compara ele, não é de não encostar em nada. “O desafio é pôr a mão na massa e sair com ela limpa”. Como médico que é, o que Célio de Castro poderia querer na comparação com o cirurgião que se

dispõe a fazer a intervenção salvadora é a firmeza e a habilidade das mãos e não apenas a assepsia necessária ao profissional que em nada toca antes de empunhar o bisturi.

A partir da nossa coragem de interferir, de realizar a mudança, de trazer o novo é que vai se generalizar a nova cultura de lidar com a coisa pública no Brasil. A partir da consciência de que o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas é no sentido de aprimoramento da gestão pública e não da mera índole punitiva é que vamos somar todos os esforços que garantam a aplicação positiva e otimizada do dinheiro público.

O TCU deve ser visto como um guardião da lisura de um processo de gestão que envolve do Presidente da República até servidores que ocupam os cargos simples, mas que, como o Presidente, deverão estar atentos à melhor forma de lidar com tudo que se refere ao ‘público’ no País. Esta atenção deve estar presente da hora de utilizar o mais singelo material de escritório até na tomada de decisão sobre grandes obras de um Governo. E para cumprir seu papel de guardião, o moderno TCU não se limita a analisar pilhas e pilhas de processos de prestação de contas. Vai muito além, ao se preparar e se dispor a fazer auditorias, a examinar e orientar processos licitatórios, a verificar práticas e rotinas de ordenadores de despesa nos três Poderes da República. Vai muito além, ao se transformar em aliado de primeira hora de quem estiver disposto a construir um novo modelo de Esta-



cooperação

do que deve ser, em tudo e por tudo, confiável, principalmente se olhado pelo prisma da população que demanda por serviços e investimentos capazes de beneficiar a maioria.

O Brasil clama por mudanças e é para elas que o TCU aponta ao cumprir sua missão a um só tempo moralizadora e inovadora, corretiva e preventiva, rigorosa e flexível no sentido de ajudar a encontrar o melhor caminho para levar a um Estado e a um País mais modernos, mais justos e mais dignos. Quem erra por má-fé, deve ser punido; quem erra por ignorância, em boa intenção, deve ser orientado. E, de preferência, que a orientação seja dada preventivamente, ou seja, antes de o erro se consumir. Se evitado o erro, há ganhos, em vez de prejuízos. Comungando dessa filosofia, Governo e TCU estarão se ajudando mutuamente para a construção dessa nova concepção de Estado e para alcançarmos o Brasil que todos desejamos.

Estou convicto de que o Tribunal de Contas da União vem cumprindo com esmero suas funções constitucionais de fiscalização do correto uso do dinheiro público. Penso que os resultados obtidos, a despeito das conhecidas limitações financeiras e de recursos humanos, são motivo de regozijo. Com efeito, como demonstrado no relatório de atividades do órgão do ano de 2002, para cada real investido no TCU, o retorno para a sociedade é de sete reais.

Os órgãos de controle interno e externo devem, cada vez mais, até mesmo em virtude das limitações a que me referi, criar mecanismos que possibilitem a participação ativa dos cidadãos na fiscalização dos gastos públicos. Nesse sentido, estamos implantando, no âmbito da Controladoria-Geral da União, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, a ser integrado por representantes da sociedade civil e de instituições públicas.

Outra medida em andamento é a disponibilização do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi na internet, que possibilitará ao cidadão-contribuinte verificar como estão sendo aplicados os recursos que o Governo arrecada em tributos. Esta também é uma forma de controle externo. O Governo e a Corte de Contas têm no povo um grande aliado. São milhões de brasileiros vendo aquilo que pode escapar aos olhos dos agentes de fiscalização, chegando aonde estes não podem chegar; enfim, trilhando o caminho do exercício pleno de sua cidadania.

Em meu Governo, a ação do TCU e a de todo cidadão desejoso da melhoria dos padrões éticos dos responsáveis pela coisa pública é mais do que bem vinda; é estimulada e comemorada, como contribuição indispensável. Esteja certa a sociedade de que o Poder Executivo ajudará o Tribunal de Contas da União a zelar pela boa aplicação do dinheiro que pertence a cada um dos brasileiros. ■

“Os órgãos de controle interno e externo devem, cada vez mais, até mesmo em virtude das limitações a que me referi, criar mecanismos que possibilitem a participação ativa dos cidadãos na fiscalização dos gastos públicos. (...) O Governo e a Corte de Contas têm no povo um grande aliado. São milhões de brasileiros vendo aquilo que pode escapar aos olhos dos agentes de fiscalização, chegando aonde estes não podem chegar; enfim, trilhando o caminho do exercício pleno de sua cidadania.”